

Incesto, culpa e memória: *Impunidade* de Helder G. Cancela

Isabel Cristina Mateus

icmateus@ilch.uminho.pt

Texto de apresentação do romance *Impunidade* de Helder Cancela (o texto resulta da participação da autora no Júri do Grande Prémio de Romance da Associação Portuguesa de Escritores).

Na recente [entrevista](#) que concedeu a Isabel Lucas (Público, 29.07.2017) Helder G. Cancela dá conta do “silêncio quase absoluto” com que a crítica acolheu um romance como *Impunidade* (Relógio d’Água, 2014). Ao ler esta observação do autor, e jogando com a sonoridade do título, não posso deixar de sentir alguma “incomodidade” (para não dizer “culpa”), já que a leitura deste romance foi para mim mais do que uma revelação, foi um autêntico murro no estômago: impossível lê-lo sem a sensação de vertigem. Digo “incomodidade”, muito particularmente, por me sentir de alguma forma responsável por esta estranha (des)fortuna, tendo integrado o júri do Grande Prémio de Romance da APE (2015) e tendo sido, com [Maria João Cantinho](#), uma das vozes que defenderam *Impunidade* como o grande romance em língua portuguesa de 2014 num conjunto notável de autores, entre os quais Lídia Jorge ou Mário Cláudio, cujo *Retrato de Rapaz* acabaria por sair vencedor. Digo “incomodidade” também porque, contrariamente ao que era minha intenção, e por razões que agora não vêm ao caso, não me foi possível escrever o texto que então quis escrever. Não que as minhas notas mudassem o que quer que fosse no curso do mundo ou tivessem qualquer outra pretensão que não fosse a de levar o romance ao encontro de outros leitores e suscitar outras leituras. O silêncio conivente com a indiferença que foi, desta forma, também o meu, dói-me hoje ao ler a entrevista do autor. Porque nem ele, nem *Impunidade*, muito especialmente, merecem.

Assim, e enquanto não me entrego à leitura de *As Pessoas do Drama*, agora publicado, deixo aqui as breves notas que alinhei sobre o romance *Impunidade* por ocasião da atribuição do Grande Prémio do Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores. Não será muito, mas quem sabe elas me possam redimir.

Impunidade é um romance surpreendente a vários níveis. Desde logo pela trama narrativa densa, coesa, e pela criação de uma atmosfera de tensão crescente que agarra e envolve o leitor, numa vertigem, desde as primeiras páginas. Trata-se de um universo claustrofóbico, asfixiante, confinado ao espaço de um apartamento em Sevilha onde duas crianças vivem entregues a si próprias e ao quarto de hotel onde fica hospedado o pai, português, que as vai procurar. Se a partir desse espaço fechado se desenham alguns pontos de fuga (o jardim, o restaurante, as viagens de carro pela Andaluzia, a fronteira, o nomadismo do pai, as deslocações da mãe entre Córdova e Sevilha, o exílio temporário em território português), uma força centrípeta, obscura, ominosa, encarregar-se-á de os anular e de inviabilizar qualquer saída.

A temática escolhida é a violência e a genealogia do mal, sob todas as suas formas e máscaras (verbal, sexual, social, cultural), confirmando uma preocupação do autor patente no ensaio *O exercício da violência. A arte enquanto tempo*, igualmente publicado em 2014. Pelo modo como aborda esta temática—e sobretudo como nela se inscrevem os temas da culpa e do incesto—, o romance denota uma originalidade assinalável, uma pulsão transgressora que desafia os padrões morais, sociais, culturais e estéticos,

arrastando o leitor em sucessivas e cada vez mais profundas camadas de leituras. Em sucessivas escavações no texto.

O romance constrói-se a partir de uma culpa ancestral, civilizacional, que parece expiar-se nos membros da família (as duas crianças são o fruto de uma relação incestuosa consentida, voluntária e reiterada), no peso que individualmente carregam, na desagregação ou disfuncionalidade familiar, na impunidade dos gestos, na relação que estabelecem com Amir, o jovem árabe, filho da empregada. Todos eles são, de uma forma ou de outra, personagens solitárias, sombras de heróis trágicos movendo-se num território de exílio para lá do bem e do mal.

Nesta complexa teia das relações familiares ou próximas se entrelaça um tema fortemente actual, em certa medida novo ou inovador na literatura portuguesa, desde logo na forma de abordagem: a relação da Europa com o mundo árabe ou muçulmano (particularmente, a relação da Ibéria com o Al-Andaluz), encenando uma herança cultural que convoca os espectros do passado, uma geografia e raízes familiares que podem tornar-se perturbadoras para o leitor. Uma temática onde se sente igualmente o pulsar dos conflitos sociais provocados pela emigração e onde ganham relevo questões centrais da nossa contemporaneidade como a desigualdade social, a identidade cultural e a questão cada vez mais central dos refugiados.

O tempo, mais do que um eixo estruturante da narrativa, é assim um depósito de poeira que cobre a cidade e os corpos, um sedimento estratificado de passado e presente, amálgama de tempo e de história, de memória e de esquecimento (à semelhança dos restos de barro moldado revolvidos pelos tractores e expostos à luz do dia em *De Re Rustica*, “amálgama de lama, humanidade e trabalho escravo” (2011:42). Em qualquer dos casos, um tempo espacializado que exige um trabalho de escavação e resgate arqueológicos como aquele que decorre na necrópole de Sevilha e a menina de quatro anos vai seguindo com o olhar:

“Segundo o irmão, desde que haviam começado a aparecer os primeiros esqueletos, a menina quase não saía da janela. O que antes era apenas um monótono revolver de terra surgia-lhe agora com a evidência de uma revelação. (...) Quatro pisos abaixo, misturados na terra e nos detritos da demolição, acumulavam-se corpos. Ser-lhe-ia difícil reconhecer outro termo de comparação que não fosse o seu próprio corpo, mas este não parecia compatível com os ossos descarnados que a excavação expunha. Faltava-lhe a consciência da transformação. O tempo” (p. 31)

O tempo é, de resto, ele próprio personagem, presença invisível, ameaçadora e “*unheimlich*” (no sentido freudiano do termo), pairando sobre o núcleo familiar, como uma tragédia anunciada. O que de alguma forma nos remete para a importância que o grotesco, enquanto forma de *dizer* ou *dar a ver* o indizível e o invisível, os nossos interditos e medos, os nossos fantasmas interiores, assume neste romance, inscrevendo-o na linhagem de autores como Dostoiévski, Kafka, Céline ou Günter Grass. Associado ao abjeccionismo patente no romance, e mais do que um impossível exercício de tradução daquilo que está para além da linguagem, o grotesco é o próprio instante de paralisia da linguagem, o momento de intervalo, de fissura ou curto-circuito nas nossas categorias de entendimento. Trata-se do momento revelador de um inominável que é afinal a intuição do tempo como profanação ou punição de uma falta sem remissão, o indizível de um

mundo percebido como violência ou caos, palco de uma absurda e arbitrária impunidade. Como de alguma forma adverte a abertura do romance:

“Profano, profano, profano. Profano o tempo, profana a terra, profana a língua, profana a lei. Tempo e terra, língua e lei, sem outro tamanho que não aquele que por si próprios possam produzir. Causa e consequência, circunstância, condição, isso que a si mesmo, e contra a estrita ideia de civilização, se pesa, se mede e se diz. Contra a civilização, contra a culpa, contra a língua, contra a lei. Contra a proibição inscrita na carne como coisa congénita”.

De um mundo vivido como lugar de solidão e de incomunicabilidade, onde o corpo se torna a derradeira possibilidade de linguagem, de língua ou de lei. A este respeito, é de sublinhar a quase total (e transgressora) ausência de diálogos, a criação de uma atmosfera dramática em que ganham relevo especial o expressionismo dos gestos e a tensão que escorre do silêncio, se adensa e exaspera nos corpos; uma atmosfera onde as fronteiras entre o descritivo e o narrativo se esbatem e, por vezes, se confundem.

Instalando-se no limiar do silêncio, do não-dito, do interdito, a força do romance reside, em particular, na criação de uma personagem perturbadora e opaca como Amir, encarnação de uma violência pulsional, primitiva, que, em última instância, é da ordem do universo, de um universo esvaziado de qualquer noção de transcendência, de onde os deuses se retiraram mas onde os heróis trágicos carregam diariamente a peso de uma culpa que, em última instância, não lhes pertence.

Impunidade é um romance que se destaca ainda pela estranheza de uma linguagem obsessiva, despojada e incisiva onde as palavras se repetem e retornam numa cadência perturbadora, realçada pelo forte visualismo e por uma notável densidade metafórica. Pode o leitor deixar-se envolver ou não pela estranheza desta linguagem e pelo não menos inquietante universo ficcional por ela criado, mas certamente não ficará indiferente.

Trata-se de um grande romance que vem confirmar H. G. Cencala como um autor de referência, uma voz marcante na literatura portuguesa contemporânea, cujo nome dificilmente poderá ser ignorado a partir de agora, inscrevendo o autor na grande família literária de autores que têm dedicado uma atenção central à questão do mal e que conta entre nós com nomes como Gonçalo M. Tavares, Rui Nunes, Jaime Rocha, Dulce Maria Cardoso ou Lobo Antunes.

No momento em que a Europa acaba de sofrer mais um duro golpe com os atentados de Paris, em que se acendem ódios ancestrais e a palavra “punição” adquire uma violência inaudita em certos lábios, “Impunidade” ganha uma impressionante e ainda mais inquietante actualidade. Possa o romance convocar-nos para a reflexão, sem culpa e sem medo, sobre os séculos de construção europeia e interrogar-nos sobre a Europa do futuro que desejamos construir. Possa ele ajudar-nos, mais do que a encerrar fronteiras, a abrir-nos à opacidade do outro que desde sempre nos constituiu, na redefinição de políticas, desde logo assentes em modelos económicos que põem em causa os valores que a sangue inscrevemos como europeus; possa ele fazer-nos repensar a procura de caminhos comuns, abandonando a via rápida de uma cada vez mais vertiginosa desumanização das sociedades ocidentais cujos efeitos não podem deixar de se fazer sentir num contexto global.

Que para além da impunidade ou de uma confortável imunidade perante o real que persiste em nos bater à porta todos os dias sob a forma de uma anunciada inevitabilidade, o romance nos confronte com a relatividade das nossas inabaláveis certezas e nos aponte a necessidade de colectivamente nos repensarmos e construirmos.